



EVIDÊNCIAS PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO NO BRASIL?

Evidência é uma prova, uma demonstração clara da existência de algo, de ocorrência de evento ou de explicação sobre relações. Em política pública, ou mesmo no estabelecimento de novas práticas institucionais, médicas e pessoais, uma evidência pode ser usada para justificar a mudança de diretrizes, monitorar as existentes e avaliar o efeito de remediações.

No entanto, como se obtém uma evidência confiável? Para ser chamada de evidência, a informação oriunda, por exemplo, de práticas pedagógicas em teste ou da avaliação de um programa de governo (e mesmo as evidências criminais) deve ser coletada com rigor técnico, que, por sua vez, deriva de teorias amplamente aceitas sobre seu poder explicativo em relação ao tema em pauta.

Para quem conhece o setor educacional brasileiro, é fácil perceber que produzir evidências confiáveis para embasar políticas públicas, modificar práticas pedagógicas e avaliar programas de governo não é seu lado mais brilhante. Quem costuma fazer esse papel são os economistas. O problema é que nem sempre eles entendem de pedagogia e dos mecanismos de política pública – os economistas entendem de modelos matemáticos, e, se o modelo estiver correto, as relações entre causa, problema e solução podem ficar em segundo plano. Cada um que cuide de sua especialidade.

Se o Brasil não vivesse sob a regra do patrimonialismo, teríamos governantes ávidos por evidências para ajudar a desenhar, monitorar e avaliar políticas públicas. Mas sabemos que esse não é o caso. O chafariz na praça (ou o estádio de futebol) tem mais apelo político que desenhar um currículo alinhado com o que as evidências já mostraram que pode funcionar em outros contextos. Do lado da população e consequência da lógica patrimonialista, as demandas por políticas assistencialistas ainda são as mais prementes. A equação do cálculo político, portanto, não é propícia à produção, em solo brasileiro, de evidências educacionais confiáveis.

Entretanto, surgiram os agitos sociais recentes, que mostram que não estamos satisfeitos com as relações patrimonialistas, pois elas deixam de fora muita gente. Para aumentar o número de gente benefi-

ciada pelas atividades governamentais e a sensação de que é a maioria da população que “está se dando bem”, é preciso começar a melhorar a efetividade e a eficácia das políticas públicas. Só se consegue fazer isso com capital humano e recursos materiais, claro, mas, sem as evidências para apontar onde aplicá-los, fica difícil sair do lugar.

Dou um exemplo: em 1991, o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro publicou um artigo intitulado *Pedagogia da repetência* (que pode ser encontrado em bit.ly/PedagogiadaRepetencia), no qual argumentava que, ao contrário do que se supunha até então, era a repetência, e não a evasão, o principal problema de fluxo da educação escolar no Brasil. Ele chegou a essa conclusão estudando padrões de matrícula e comparando os cálculos feitos aqui com outros estudos e metodologias internacionais. O título do artigo transformou-se em um emblema e suas argumentações embasaram as políticas de correção de fluxo que ganharam força principalmente no estado de São Paulo, a partir de meados da mesma década.

Essa importantíssima mudança de rumo não só ajudou milhões de alunos a seguirem em suas trajetórias escolares sem passar pela desastrosa experiência da repe-

tência, como economizou bilhões em recursos da educação. Se os alunos não repetem, mas também não aprendem muito, não foi por culpa da capacidade matemática de

Sérgio, mas da falta de capacidade do setor de educação em produzir evidências a respeito das melhores práticas de fazer alunos de baixa renda (e de alta também) aprenderem mais. Se ainda estamos debatendo se é necessário haver parâmetros claros a respeito do que deve ser ensinado, imagine buscar evidências

sobre as melhores formas de ensinar objetivos pedagógicos claros.

Entre as inúmeras lições que podemos aprender com países desenvolvidos, uma é a relação de interdependência entre governo e universidades: se as instituições de ensino superior são públicas, devem prestar serviço à população, entre eles a produção de evidências confiáveis para o desenho, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas eficazes e eficientes. A pesquisa educacional, em boa medida, deveria estar a serviço do estudo e da produção desse tipo de conhecimento. Há evidências de sobra de que não está. **G**

Ilona Becskesz é mestre em Educação pela PUC-Rio, doutoranda em Educação pela USP e comentarista do boletim *Missão Aluno*, da Rádio CBN. Autora do blog *Excelência e equidade em educação*: exequi.com. E-mail: ilona@exequi.com

“A EQUAÇÃO DO CÁLCULO POLÍTICO NÃO É PROPÍCIA À PRODUÇÃO, EM SOLO BRASILEIRO, DE EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS CONFIÁVEIS”